

# Memórias

## de um jornalista (2)



Por

**DOMINGOS  
SILVA ARAÚJO**

ANTIGO DIRETOR  
DO "DIÁRIO DO MINHO"

**Prosseguimos hoje com a publicação das "Memórias de um jornalista", da autoria de Monsenhor Silva Araújo, que foi diretor do "Diário do Minho" durante 28 anos consecutivos. A 1.ª parte destas "memórias" foi publicada na passada quarta-feira, 4 de novembro, neste caderno cultural.**

### Um período muito difícil

O chamado PREC (Processo Revolucionário em Curso) foi um período muito difícil. Um período de graves desmandos e de condenáveis excessos. Há quem os recorde para culpabilizar a extrema direita mas a verdade é que a maioria dos excessos que se cometeram devem ser atribuídos, em minha opinião, a certa esquerda e extrema esquerda. O MDLP, o ELP e o Movimento Maria da Fonte surgiram para impedir o avanço do Partido

Comunista e de outros à sua esquerda, que recorriam à via revolucionária.

Houve datas marcantes, como o 28 de setembro e o 11 de março, aproveitadas pelo Partido Comunista e pelas forças à sua esquerda para tentarem fortalecer as suas posições. Viveu-se um período revolucionário no sentido comunista do termo. Derrotado nas eleições para a Assembleia Constituinte, o Partido Comunista tentou a conquista do poder pela via revolucionária. E teve o

apoio do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves e de uma parte considerável do Movimento das Forças Armadas (MFA), posteriormente dividido com a formação do Grupo dos Nove.

Recordo-me de, numa das manifestações realizadas a partir da Avenida Central, Leovigildo Palmeira, que então trabalhava para «O Comércio do Porto», ter sido atingido por um projétil numa perna.

Recordo-me do assalto à sede do CDS, instalada em Braga no edifício que faz esquina com a

Avenida Central e a rua D. João Novais e Sousa (Cangosta da Palha), onde hoje se encontra uma Companhia de Seguros, realizado perante a passividade de militares presentes. Vi pessoas carregarem peças de mobiliário que tinham saqueado.

Recordo-me do assalto às instalações da FNAT (hoje INATEL), na Avenida Central, de cuja varanda arremessaram peças de mobiliário, tendo deixado, durante muito tempo, marcas no passeio.

Recordo-me do tiroteio na véspera das primeiras eleições, de que ainda são visíveis marcas nos azulejos situados junto do portão do Paço Episcopal, na Rua de Santa Margarida.

Recordo-me das explosões acontecidas no que foi a Casa da Mocidade, depois Instituto da Juventude, na Rua de Santa Margarida, e em vários prédios na Rua de S. Marcos.

No tempo do Gonçalvismo, em 23 de janeiro de 1975, quiseram suspender, durante seis dias, a publicação do «Diário do Minho». Motivo: a publicação da reportagem de um comício efetuado pelo MRPP no Teatro Circo, escrita pelo Luís Filipe, hoje da Redação do «Correio do Minho». Recebi a informação, por telegrama, numa manhã de sábado. Comunicada a suspensão a D. Francisco Maria da Silva, este respondeu-me: faltava-te este crisma. Não te preocupes. Fala com Mons. Vaz Coutinho e arranja um bom advogado. Passámos parte do sábado e do

domingo no escritório do Dr. Gama Lobo Xavier, em Guimarães. Este, na manhã de segunda-feira, interpôs recurso com efeitos suspensivos e o «Diário do Minho» continuou a sair normalmente. O tribunal, depois, deu-nos razão. E o castigo não foi cumprido.

A ocupação e o silenciamento da Rádio Renascença provocaram a indignação dos católicos que promoveram diversas manifestações, de entre as quais sobressai a que se realizou em Braga em 10 de agosto de 1975. Foi a reação, sobretudo do povo do norte, ao avanço comunista.

Cometeram-se excessos, como foi o assalto a várias sedes do Partido Comunista e de outros. Quando aconteceu o 10 de agosto encontrava-me em férias, nas Caxinas. Vim à manifestação numa camioneta que partiu de uma das freguesias do concelho de Vila do Conde. Acompanhou-me a Maria José, a mais politizada das minhas irmãs, falecida em 14 de setembro de 2014. O autocarro estacionou no Campo da Vinha. Tudo decorreu de forma ordeira, mas quando, para o regresso, fomos ocupar a viatura, tinha-se instalado a desordem ao cimo daquela vasta praça, onde se encontrava a sede do Partido Comunista, entretanto assaltada. A muito custo pudemos encetar o caminho de regresso às Caxinas.

Ao 10 de agosto sucedeu o 25 de novembro, em que a vitória das forças democráticas abriu caminho à implantação, em Portugal, de uma verdadeira democracia, uma



*"Recordo-me do tiroteio na véspera das primeiras eleições, de que ainda são visíveis marcas nos azulejos situados junto do portão do Paço Episcopal, na Rua de Santa Margarida. Recordo-me das explosões acontecidas no que foi a Casa da Mocidade, depois Instituto da Juventude, na Rua de Santa Margarida, e em vários prédios na Rua de S. Marcos."*

democracia verdadeiramente pluralista, muito diferente da chamada democracia popular que quis impor uma ditadura comunista.

#### A minha residência

As dificuldades a que me referi – a divisão no interior da Igreja Bracarense, primeiro, e o ambiente criado após o 25 de abril, depois – não foram as únicas que enfrentei.

Um dos problemas que surgiu foi o da minha residência.

Tinha iniciado o exercício do ministério sacerdotal como prefeito e professor do Seminário Menor, onde permaneci entre 1959 e 1965. Neste ano D. Francisco nomeou-me professor de Religião e Moral na então Escola Industrial e Comercial de Braga (na Rua da Restauração e na Rua do Castelo). Foi-me dito que não era conveniente que continuasse a viver no Seminário, pelo que deveria arranjar hospedagem. Acolheu-me o então Prior de S. Vítor, Mons José Ferreira da Silva.

Entrado no «Diário do Minho», voltei à residência paroquial de S. Vítor, mas desta vez as coisas complicaram-se. Convinha a Mons. Ferreira da Silva que fosse seu coadjutor, pretensão que não pude satisfazer, dado o trabalho que tinha no jornal e as aulas de Religião e Moral que passei a dar no então Ciclo Preparatório. Fui então bater à porta do Seminário Conciliar, na Rua de Santa Margarida. Não era o ideal, uma vez que me deitava normalmente por volta das três da manhã e à hora a que começava o bulício próprio da vida da Casa precisava eu de dormir.

Começadas as obras das novas instalações do jornal, na esquina da Rua de Santa Margarida com a Rua de Camões, mostrei a Mons. Vaz Coutinho a necessidade de prever aposentos dignos para o Diretor do Jornal e para os outros sacerdotes que trabalhavam na Empresa. Em vão. Consegui, a muito custo, que mandasse adaptar um espaço situado na Rua de Camões. Só quando se construiu a Casa Sacerdotal da Rua de Santa Margarida, hoje residência de estudantes caboverdianos, passei a ter instalações condignas, onde pude descansar tranquilamente.

#### Outras dificuldades

Ao longo dos 28 anos que trabalhei no Jornal tive que me haver com o espartilho económico imposto pela administração de Mons. Vaz Coutinho e a relutância que ele e a Autoridade Arquidiocesana tinham



*Edifício (na Rua de Santa Margarida) onde funciona a Redação do "Diário do Minho". As oficinas (gráfica), onde é impresso o jornal, funcionam num dos pavilhões da antiga fábrica Grundig (na freguesia de Ferreiros), adquirido pela empresa para esse efeito.*

### **"Começadas as obras das novas instalações do jornal, na esquina da Rua de Santa Margarida com a Rua de Camões, mostrei a Mons. Vaz Coutinho a necessidade de prever aposentos dignos para o Diretor do Jornal e para os outros sacerdotes que trabalhavam na Empresa."**

em se comprometerem com leigos na Redação, onde o pessoal era reduzido ao mínimo, como lembrei. Não se pagava a colaboradores externos. Valia-me do voluntariado de pessoas que, não obstante a boa vontade, nem sempre serviam da melhor maneira.

No período a que me refiro, não dispúnhamos de fotocopiadora nem de gravador. Não tínhamos meio de transporte para nos deslocarmos.

A ausência de um quadro redatorial estável na Redação prolongou-se durante vários anos. Não queriam assumir compromissos com leigos e os sacerdotes que me vinham ajudar praticamente mudavam ao fim de um ano ou pouco mais. O que é preciso, afirmou um dia um Bispo Auxiliar, é que o diretor não mude.

Manifestando a minha discordância escrevi, numa das cartas enviadas ao Prelado Diocesano: «Parece-me que se criou a mentalidade de que vir trabalhar para o "Diário do Minho" é vir dar a tropa. A pessoa aguenta aqui uns tempos que procura passar da melhor maneira, tendo o cuidado de não lançar raízes. Sabe que só está aqui de passagem e nessa convicção vai fazendo alguma coisa.

Na minha qualidade de oficial-instrutor do quadro – o único existente – em outubro vou começar

uma nova recruta. E quando entenderem que a pessoa que preparei para trabalhar no Jornal deve exercer outras funções, voltarei à estaca zero e recomeçarei. É assim que tem acontecido. Em minha opinião, mal.

Penso que o Jornal exige um quadro redatorial estável. Formado por sacerdotes ou por leigos capazes, mas estável. Não percebo por que é que na mesma empresa há um quadro de pessoal estável no setor das Oficinas, há um quadro de pessoal estável no setor da Administração, e não pode haver um quadro de pessoal estável no setor da Redação».

Confesso, entretanto, que, em certos casos, a minha intransigência e a minha rispidez não facilitaram o relacionamento entre a Direção e a Administração do jornal, com quem nem sempre existiu o indispensável diálogo. Também por culpa minha, reconheço. Houve alturas em que as minhas propostas eram sistematicamente rejeitadas. Neste aspeto, a minha saída foi benéfica para o Jornal. O meu sucessor conseguiu o que me não fora permitido.

#### **3 – Partidarização dos MCS**

Uma das realidades a que se assistiu no chamado Processo

Revolucionário em Curso (PREC) foi a partidarização dos Meios de Comunicação Social, em que levou a dianteira o Partido Comunista. Apresento um conjunto de denúncias particularmente significativas:

«A luta pelo domínio dos órgãos de comunicação social caracterizou os primeiros passos da revolução de Abril, com lógica relevância para a melhor organização das forças políticas imergentes, o Partido Comunista Português. A euforia da libertação facilitou o assalto, cuja primeira parte pôde passar despercebida não só ao público, mas também a muitos dos responsáveis e às restantes forças políticas que assim viram fugir-lhes a iniciativa. Foi assim que a imprensa e a rádio surgiram subitamente controladas na sua grande maioria pelo PCP e pela sua segunda via, o MDP/CDE, com as consequências que se conhecem: monolitismo e censura interna, agravados pela impreparação profissional resultante de dezenas de anos de censura prévia».

Álvaro Guerra. «República», de 09 de abril de 1975.

«Os meios de comunicação social não informam. Fazem uma

lavagem ao cérebro quotidiana, acompanhada pelas mais belas e sedutoras músicas e canções revolucionárias, que criam uma espécie de embriaguês coletiva, que leva até as classes mais afetadas a não reagirem contra o que mais as prejudica».

Diogo Freitas do Amaral, «O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)», pag. 386.

«Temos assistido (...) a uma campanha sabiamente orquestrada, contando com a intoxicação e manipulação dos órgãos de Informação, aspeto que está na ordem do dia».

Mário Soares, em «O Primeiro de Janeiro», de 13 de fevereiro 1975.

«Nós amamos a liberdade, a liberdade política, a liberdade religiosa, visto que entendemos que o povo português tem direito a exigir que sejam respeitadas as suas crenças e os seus sentimentos, pela liberdade sindical e de expressão do pensamento. E nós que gostamos da liberdade, que gostamos de falar, que gostamos da livre crítica e que aceitamos essa livre crítica, mesmo quando se exerce contra nós, estamos preocupados com o que se passa na nossa Rádio e na nossa Televisão.

E a Imprensa hoje é quase toda controlada pelo Estado. E se o Estado são todos os portugueses, e a Televisão e a Rádio estão nas mesmas condições, porque razão é que só um partido manipula a Televisão e a Rádio? Será que depois da «Unicidade Sindical» eles também querem a «Unicidade da Imprensa, da Rádio e da Televisão?»

Mário Soares, num comício realizado nas instalações da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, na Horta do Bispo, em Évora, em 20 de abril de 1975.

«É indispensável que acabe a manipulação da informação. Consideramos que o «Diário de Notícias», após a entrada da nova direção, está a fazer um péssimo serviço à Nação, de divisão dos portugueses. Rádio Clube e a Televisão não garantem o pluralismo. A A.N.I., desde que está na sua direção um certo elemento de determinado partido, optou pelo sectarismo, dando uma visão adulterada e parcial da realidade. Faz-se, nos órgãos de informação que são do Estado, pagos pelo dinheiro do povo, uma manipulação de massas que só serve certo sector».

Mário Soares, numa conferência

de imprensa em 07 de maio de 1975, ao enunciar as condições para uma unidade com os comunistas. «O Comércio do Porto», de 08 de maio de 1975.

Existe uma «manipulação de determinado partido político em todos, ou quase, os órgãos de Informação».

Francisco Sá Carneiro, em «O Primeiro de Janeiro», de 26 de maio de 1975.

Entre 1974-1975 houve a estratégia do poder político-militar para controlar os meios de comunicação social. O domínio do Partido Comunista aconteceu sobretudo a partir do 11 de março. Em outubro de 1975 dos sete jornais propriedade do Estado seis apresentavam uma tendência política comunista: «A Capital», «Diário de Notícias», «Diário Popular», «Diário de Lisboa», «Jornal de Notícias», «O Século». A exceção era apenas «O Comércio do Porto», de tendência popular democrata.

Pedro Marques Gomes, «Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias», pag. 27.

Foram muito visíveis os casos «República» e Rádio Renascença, mas não só.

Os saneamentos políticos no Diário de Notícias aconteceram depois de tomarem posse da Direção Luís de Barros (diretor) e José Saramago (diretor-adjunto), ambos figuras próximas do Partido Comunista.

Idem, Pag. 52 sgs.

José Saramago pretendia que o DN fosse «um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo».

Idem, Pag. 58.

Apesar de o diretor do jornal ser Luís de Barros, quem efetivamente «mandava» era José Saramago. Idem, pag. 75.

Texto publicado pelo «Jornal de Notícias» de 07 de abril de 1975: Do Partido Socialista recebemos o seguinte comunicado:

«Os trabalhadores da informação do Partido Socialista, na região de Lisboa, reunidos em assembleia plenária, procederam à análise da situação criada nos meios de comunicação social, nas semanas seguintes à intentona reacionária de 11 de março, tendo decidido:

a) Manifestar a sua preocupação pela escalada tendente à partidização dos órgãos de informação sob controlo do

Estado, designadamente a Radiotelevisão e a Emissora Nacional, que se tem traduzido pela corrida aos lugares de chefia por parte de pessoas afetas ao Partido Comunista Português;

b) Protestar energicamente contra manobras de «pseudo-saneamento» que têm por objetivo afastar da direção dos órgãos de informação estatizados pessoas com um passado de luta antifascista e com provas dadas de isenção, independência, honestidade e competência profissional;

c) Denunciar a campanha de intimidação desenvolvida entre os trabalhadores da informação, com vista a impor uma hegemonia partidária;

d) Continuar a opor-se firmemente a todas as formas de censura interna e partidária que se tem procurado implementar;

e) Repudiar vivamente o aproveitamento dos órgãos de informação para transformar a campanha eleitoral numa guerra de calúnias no melhor estilo estalinista (de que são exemplo os insultos publicados no «Avante» do dia 4 do corrente em relação à UDP e a João Pulido Valente);

f) Lutar adentro dos seus organismos sindicais no sentido de impedir que estes sejam colo-

cados ao serviço de orientação partidária pelas suas direções, como tantas vezes tem sucedido e ainda há dias foi tentado no Sindicato dos Jornalistas;

g) Promover ações unitárias com todos os trabalhadores dos meios de comunicação social que condenam os métodos de manipulação e desrespeito pela opinião pública, em detrimento da livre informação e do esclarecimento do povo português e em nome de interesses que nada têm a ver com um projeto político de independência nacional;

h) Reafirmar a sua firme determinação de coerência com os princípios e o projeto socialista que defendem, na prática profissional quotidiana, salientando o que isso implica de repúdio por todos os métodos da falsificação, adulteração ou escamoteamento dos factos a cujo conhecimento o povo português tem pleno direito.

«Jornal de Notícias» de 07 de abril de 1975.

A maioria dos redatores do «Diário de Notícias» (30, num total de 54) acusou os fundistas do jornal de alinharem com uma facção partidária e violência. Denunciou também «uma frequente

deformação do teor de certas notícias e claro tendenciosismo no tratamento e paginação de outras».

«O Primeiro de Janeiro», de 17 de agosto de 1975.

«Não faltam exemplos do domínio que um partido minoritário (contestado pela maioria da classe operária e do Povo) exerce sobre quem produz os órgãos jornalísticos e, em última análise, sobre quem os lê».

De um comunicado do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

«O Primeiro de Janeiro», de 18 de agosto de 1975.

Numa assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas, realizada na Casa da Imprensa em 30 de abril de 1975, foi denunciada a existência de manipulações no seio dos jornais por parte «de todos (sem exceção) os partidos da coligação», bem como a «disputa feroz» por posições de controlo partidário dos órgãos de informação.

«Diário Popular» de 03 de maio de 1975.

Reunida em Fátima de 08 a 12 de abril de 1975, a Conferência Episcopal Portuguesa afirma-

va em comunicado: «O caso de Rádio Renascença insere-se num problema mais amplo e muito mais grave que o do seu significado imediato, o qual é o da crescente limitação da liberdade de informação entre nós, limitação que a Igreja não deplora apenas relativamente aos meios de comunicação social que lhe pertencem, mas pelo atentado que representa às liberdades essenciais de uma comunidade nacional que todos ambicionam democrática e pluralista. A Igreja vê com apreensão a tendência monopolista progressivamente revelada neste setor». Conferência Episcopal Portuguesa, «Documentos Pastorais 1967-1977», pag. 300.

«Os meios de comunicação social foram “alvo de múltiplas tentativas de controlo por parte das forças políticas” (nomeadamente por parte da esquerda comunista e radical), objeto de uma inusitada politização que tornou ‘impossível’ a neutralidade jornalística, palco de imensas lutas que contribuíram para o agravamento da tensão política que percorreu o país ao longo dos anos da Revolução. Em suma, os média foram atores políticos e uma peça central do processo revolucionário».

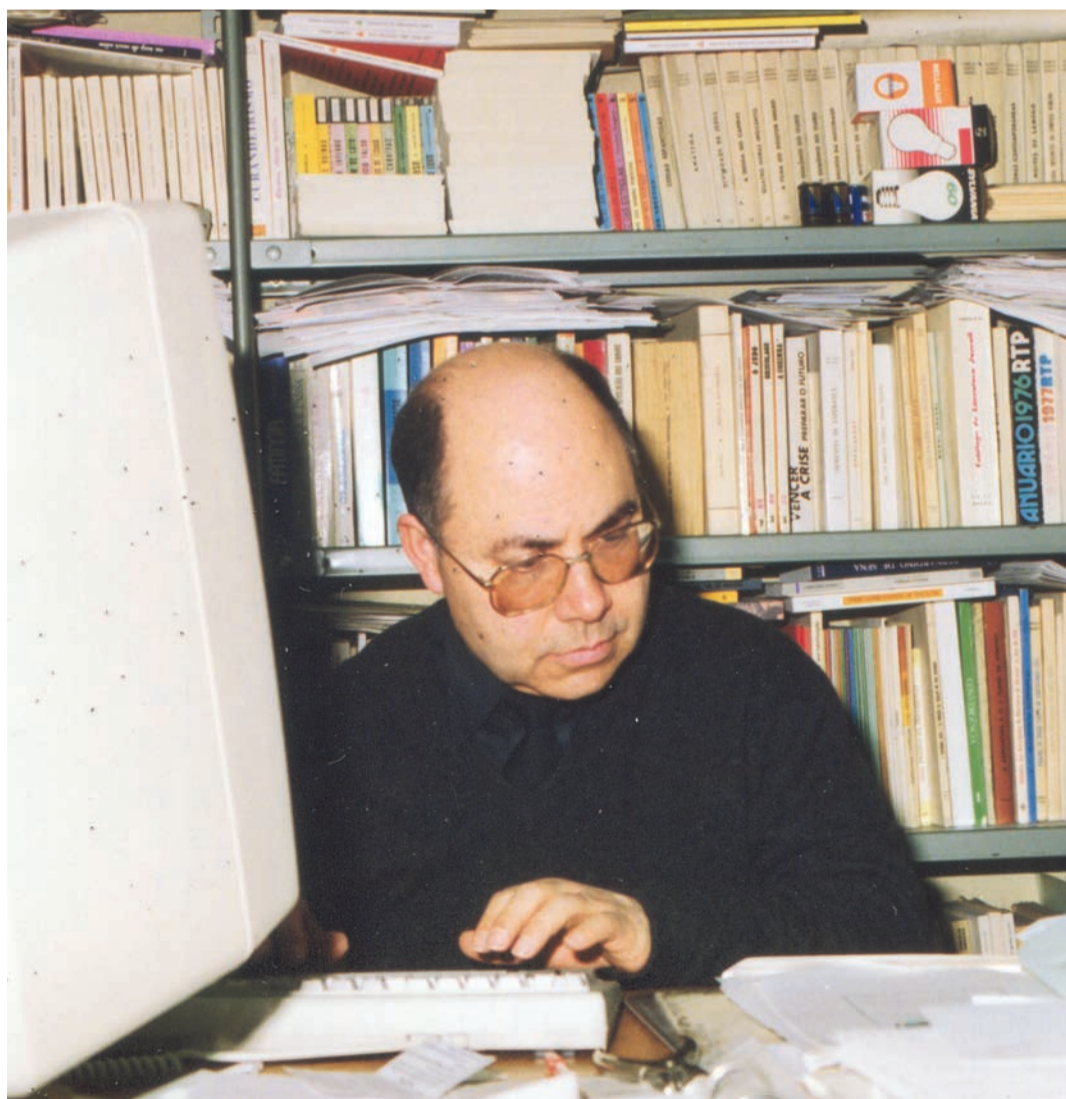
Maria Inácia Rezola, no prefácio ao livro de Pedro Marques Gomes «Os saneamentos políticos no Diário de Notícias», pag. 11.

«O Século», «inteira e objetivamente enfeudado à linha comunista, há muito que vinha divulgando informação distorcida, monolítica e panfletária», escreveu Pinheiro de Azevedo, a propósito do 25 de Novembro.

O «Diário de Notícias», «dirigido por Luís de Barros e José Saramago, ambos do PC, revelou ampla conotação com a linha partidária daquele partido, numa deliberada intenção de favorecer os seus desígnios políticos, menosprezando toda a informação que não lhe conviesse».

Pinheiro de Azevedo, «25 de Novembro sem máscara», pag. 119-120.

Manuela Azevedo diz que no DN sofreu «o que nunca tinha sofrido: foi a censura dos Comunistas. Não podia escrever o nome do Mário Soares ou do Francisco Salgado Zenha que eles não cortassem». Pedro Marques Gomes, «Os saneamentos políticos no Diário de Notícias», pag. 74. ▸



Monsenhor Silva Araújo no seu gabinete de trabalho no “Diário do Minho”

**Continua no próximo número do caderno “Cultura”**